

Paraná: índios atacam hoje se colonos não se retirarem

RIO DAS PEDRAS, Paraná (O GLCBO) — Os 1.400 índios guaranis e kaingangues reunidos ontem em assembléia, decidiram dar um prazo de 24 horas à Funai para que resolva o problema da invasão da reserva por 450 famílias de posseiros. Os índios ameaçam atacar os posseiros se, terminando o prazo hoje, eles ainda estiverem lá.

As negociações com os índios estão sendo feitas pelo chefe da comissão de sindicância da Funai, Saffi Olívio Bianati, que responde pelo posto de Rio das Cobras, a 350 quilômetros de Curitiba. De 1969 até dezembro de 1977, os posseiros ocuparam 15 mil dos 20 mil alqueires de propriedade dos índios.

Os índios têm armas de fogo, arco e flecha, taquaris, lanças e tacapes escondidos e continuam com 25 homens armados de facões e flechas envenenadas num posto de vigilância próximo à aldeia guarani, distante 30 quilômetros do posto da Funai e a poucos quilômetros da linha divisória dos 400 alqueires ocupados pelo agricultor Idolino Piacentini, que, segundo moradores de Laranjeiras do Sul, 130 quilômetros a leste, é quem paga os 50 jagunços dos posseiros, cujos chefes estão em sua fazenda, na terra dos índios.

Os chefes indígenas Karaitupe e Araika, ou, respectivamente, Waldomiro de Lima e Argemiro Fernandes (seus nomes de aculturados) disseram ontem ser este o último prazo dado à Funai para resolver a questão, embora alguns dos 25 guerreiros de tocaia na aldeia guarani se mostrem desconfiados e dispostos à luta.

Sebastião, pistoleiro que os índios apelidaram "Bagua" (porco selvagem) e os outros dois chefes dos jagunços, Aldair e Manuel Borga, têm rondado o posto de vigia dos índios nas últimas noites e, segundo Waldomiro, já chegaram a menos de 500 metros para espreitar.

Sebastião "Bagua" não é chamado de porco selvagem apenas por ser violento (já matou cinco homens, conforme consta na região), mas por ser arisco e conhecer o mato tão bem quanto os índios.

João Ferreira da Silva, 42 anos, um dos posseiros expulsos na semana passada e que está morando com a família num paiol da fazenda do seu cunhado, a cinco quilômetros do limite da reserva de Rio das Cobras, contou que os índios vieram armados "de verdade" quando os expulsaram:

— Eles mataram cachorros, roubaram cavalos e levaram uma par-



Reunidos em assembléia, os índios decidiram adiar o prazo

de boi de um outro posseiro, Rocêlio "Alemão". Assaram e comeram os bois enquanto dançavam — disse Ferreira da Silva.

Tensão

A tensão aumentou na região após o dia 15 de dezembro do ano passado, quando a Funai demitiu o antigo chefe do posto indígena, Leonardo Machado, por negociar as terras e pinheiros da reserva: das 20 mil árvores que havia em 1969, quando ele assumiu o posto, só restam dois mil.

Foi nomeada então uma comissão de sindicância, cujo chefe, Sadi Binati, conseguiu acalmar os índios até o dia 13 de janeiro, quando os jagunços do posseiro Ilmar Adams, que tem 40 alqueires de soja plantados entre a aldeia guarani e Campo Novo, dentro da reserva, incendiaram a cabana de um dos índios, à beira do Rio do Baile.

Os posseiros dessa região — Piacentini, Argemiro Fieckembach, Luis Correa, Aldair, Borga e outros — decidiram hostilizar os índios após a demissão do dirigente do posto.

O Padre Francisco Sozzi, da paróquia de Nova Laranjeiras e membro do Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, viajou para Santa Catarina há uma semana, quando a situação se agravou na área, temen-

do que o responsabilizem de forma indireta pela rebelião dos índios, ou, como afirmam uns, com medo da ameaça de morte que lhe foi feita pelos jagunços dos posseiros.

A sudoeste da aldeia guarani, na região ocupada pelos grileiros resistentes — que se dizem proprietários legais das áreas, doadas a eles na década de 60 pelo então Governador Moisés Lupion —, um deles, Luis Correa, estava ontem vendendo seu gado, cabritos, porcos e galinhas. Ele disse ao delegado da Funai que vai embora não por ter medo dos índios, mas "para colaborar com as autoridades".

Durante os conflitos ocorridos após a queima de uma cabana indígena, o grupo da aldeia guarani expulsou mais de 150 famílias de posseiros, segundo o chefe do posto da Funai.

Alguns dos grileiros expulsos, como João Ferreira da Silva, contrariam advogados para tentar reaver as terras, mas seus documentos não são legais. Trata-se de escrituras de transferência de direitos sobre as terras, passadas há três anos por antigos posseiros cadastrados pelo Inera em 1969 (cerca de 350 famílias). Nessa época, as terras ocupadas

eram apenas 12 mil alqueires, mas até o ano passado os invasores penetraram em pelo menos 5 mil dos 8 mil alqueires que restavam aos índios.

— Nós já nos mudamos de Campo Novo para cá — afirmou um índio guarani. — Agora eles querem nos empurrar outra vez, mas nós vamos reagir: ou morremos ou matamos, porque não se perde o que não se tem. Se o índio morrer é pelo que é dele. Mas, se o branco morrer, morrea de teimoso. Nós também queremos o que é nosso.

No dia 1º de fevereiro, os jagunços seqüestraram e torturaram o índio Jerônimo da Silva, que só apareceu oito dias depois, quando os índios também seqüestraram um posseiro, Alcebiades Fieckembach. Os jagunços queriam saber quantos homens e armas os índios possuíam.

Depois disso, há uma semana, um grupo de dez homens da Polícia Federal percorreu a região, retirou as armas dos índios e alertou os posseiros, o que irritou os índios, que procuraram se armar novamente, se prepararam para a guerra, e deram uma semana de prazo à Funai para resolver o problema, prazo este que terminou ontem, quando o chefe do posto lhes pediu que esperem até hoje.

— Devolverei aos índios as armas de fogo que foram confiscadas caso aconteça qualquer conflito motivado pelos posseiros — disse ontem em Curitiba o Delegado da Funai, José Carlos Alves, que retornou da reserva de Rio das Cobras.

O clima na região, segundo o delegado, é de extrema tensão, com constantes ameaças de morte feitas pelos posseiros. O próprio José Carlos foi ameaçado e soube que estava sendo preparada uma emboscada contra ele nas proximidades de Rio das Cobras, quando para lá se dirigia no último domingo. Segundo o delegado, ainda existem dois grupos de posseiros num total de cerca de 50 homens alojados em casas na área do conflito.

Funai quer retirar os posseiros

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, disse ontem que se o Governo do Paraná e o Inera não encontrarem uma solução imediata para o conflito entre posseiros e 1.400 índios guaranis e kaingangues, na reserva de Laranjeiras do Sul, "a única alternativa será a retirada dos posseiros da região".

O general espera que até o final deste mês o problema seja resolvido, pois não só os guaranis estão preparados para a guerra como há repercussão do episódio nas demais aldeias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, segundo afirmou.

No momento, a preocupação da Funai é "manter a calma". Para isso, o Governo já acionou diversos efetivos da Polícia estadual, federal e Exército. Esta fase, na opinião do general, "é paliativa e só se tornará definitiva quando os posseiros saírem da área".

O presidente da Funai enumerou maneiras de preservar a integridade da reserva: 1) O Inera deveria promover o assentamento dos posseiros

em seus projetos fundiários; 2) O Governo do Paraná, instalá-los em terras devolutas; e 3) A expulsão dos posseiros das terras ocupadas.

A acusação do Inera de que a Funai estaria agindo como arrendatária das terras dos índios, o General Ismarth respondeu que, realmente, houve arrendamento, na época do SPI — Serviço de Proteção ao Índio.

Sem dinheiro

No final do ano passado, o Inera formou três grupos de trabalho para fazer um levantamento de todas as invasões de terras indígenas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Constatou inúmeras irregularidades, promoveu a expulsão dos

arrendatários mas não pôde fazer o mesmo com os posseiros, porque o Governo não teria dinheiro suficiente para cobrir os altos custos que a medida acarretaria.

A Funai mantém 10 reservas no Paraná, duas em Santa Catarina e oito no Rio Grande do Sul. As áreas onde se verificam maiores atritos, são as do Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul), Chapecó e Nonai. Devido à falta de recursos, o assentamento de posseiros em outras áreas está sendo feito em parcelas trienais.

O General Ismarth afirmou que os principais culpados são os grileiros. "Eles instigam posseiros contra índios, e estes já estão conscientizados do problema. Sabem o valor da terra e sabem que estão sendo explorados."